

SEAE

Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade
Ministério da Economia



Versão Beta

RADAR
REGULATÓRIO

MARÇO/2022

61 2027-7475
radar.seae@economia.gov.br



EDITORIAL

O Relatório Radar Regulatório é uma iniciativa da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE) do Ministério da Economia, com o objetivo de dar publicidade às ações, recomendações e políticas públicas conduzidas pela Secretaria, bem como verificar a sensibilidade dos principais agentes de mercado às reformas mais importantes para a economia brasileira.

O Relatório está organizado em 5 seções: 1 – Overview Regulatório; 2 – Reformas Transversais; 3 – Reformas Setoriais; 4 – Acompanhamento das Agências Reguladoras; e 5 – Prioridades de Mercado.

A primeira seção do Radar trata do acompanhamento da convergência regulatória brasileira à OCDE, monitorada pelo indicador *Product Market Regulation* (PMR). A segunda versa sobre projetos legislativos transversais às diferentes áreas da economia brasileira. A terceira e quarta seções trazem, respectivamente, o monitoramento da nossa agenda setorial, distribuída nas propostas de reformas e inovações legislativas para alguns setores da economia e a interação da própria SEAE com as entidades reguladoras brasileiras por meio de recomendações às consultas públicas. Por fim, a quinta seção do Radar apresenta aquelas que são consideradas as reformas e os projetos prioritários para o Brasil na visão das entidades representativas do setor produtivo.

Este é um projeto em constante aprimoramento, e que por isso, sugestões são bem-vindas por meio do e-mail: radar.seae@economia.gov.br



DESTAQUES - MAR/2022



- Brasil avança ainda mais na avaliação do PMR com a publicação do Guia de ARR
- Reforma tributária continua sendo a prioridade #1 do setor produtivo
- Regulação do mercado de carbono se destaca e amplia sua importância, estando pela primeira vez Top 2 do mercado

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

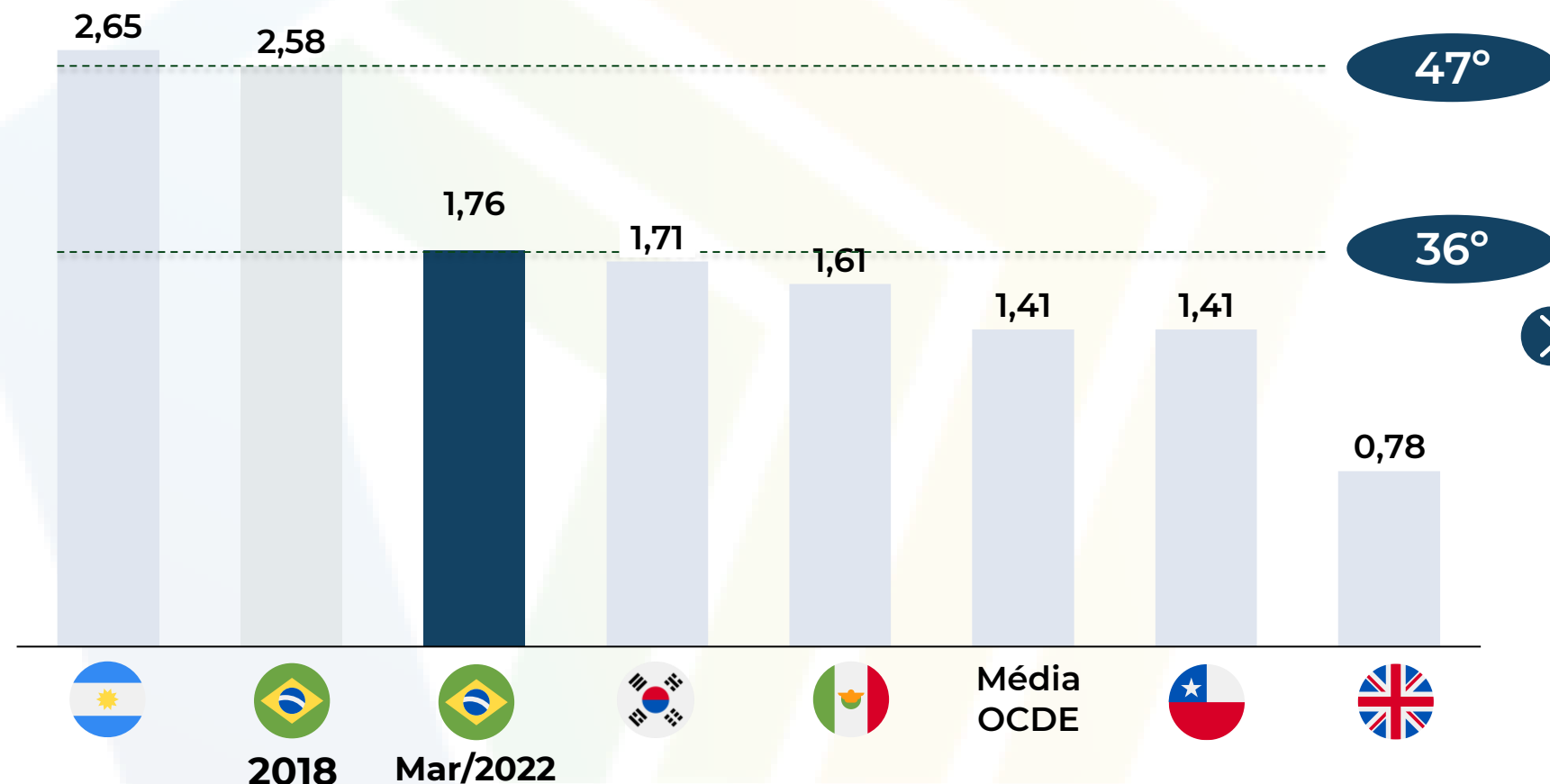
5

Seção 1: Overview Regulatório

Panorama *Product Market Regulation* - OCDE

A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR

Estimativa baseada na análise feita pela SEAE



Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

Atualização



Panorama regulamentar PMR

- **Racionalização dos regulamentos para O&G** (Lei 14.134/2021)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea** (Lei 13.842/2019)
- **Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações** (Lei 14.195/2021)
- **Nova lei da banda larga** (Lei 13.879/2019)
- **Incentivos para realizar análises custo-benefício** (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)
- **Redução da burocracia e da carga regulamentar** (Decreto 10.411/2020)
- **Novo marco legal do mercado de câmbio** (PL 5.387/2019)
- **BR do Mar** (Lei 14.301/2022)
- **Marco Legal das Ferrovias** (Lei 14.273/2021)
- **Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal**
- **Publicação do Guia de ARR**

Melhorias regulatórias implementadas (até Março 2022)

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado




5

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia

Andamento










Reforma	Origem	Descrição	Andamento
Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais	PL 3.203/2021	Redução de benefícios tributários para que estes alcancem, ao final de oito anos, patamar igual ou inferior a 2% do PIB	 Casa Iniciadora
PEC dos Fundos Públicos	PEC 187/2019	Propõe extinção de fundos públicos criados até 31/12/2016, caso não sejam ratificados por meio de lei complementar específica	 Casa Revisora
Reforma Administrativa	PEC 32/2020	Altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	 Casa Iniciadora

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia

Andamento






Reforma	Origem	Descrição	Andamento	
Reforma Tributária I	PEC 45/2019	Criação do IBS a partir da substituição de cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS	 Casa Iniciadora	
Reforma Tributária II	PEC 110/2019	Criação do IBS a partir da substituição de nove impostos, além de alterações em outros tributos, tal como o IR	 Casa Iniciadora	
Reforma Tributária III	PL 3.887/2020	Criação da CBS a partir da substituição do PIS e Cofins	 Casa Iniciadora	
Reforma Tributária IV	PL 2.337/2021	Reforma da legislação do Imposto de Renda e da CSLL	 Casa Revisora	

Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia

Andamento

-  Em discussão no Executivo  Enviado ao Congresso  Casa Iniciadora  Casa Revisora  Retorno à casa iniciadora (caso necessário)  Aguardando Sanção  Análise de Vetos (caso necessário)  Fim dos trâmites

Reforma	Origem	Descrição	Andamento
PL dos Super Salários	PL 6.726/2016	Regulamenta a aplicação do limite remuneratório de agentes públicos, aposentados e pensionistas.	 Casa Revisora
PL da Regulação do Lobbying	PL 4.391/2021	Regulamenta e dá mais transparência à atividade de lobby no Brasil	 Casa Iniciadora
PL das Concessões Públicas	PL 7.063/2017	Reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios	 Casa Revisora



SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Setor Transportes



HYUNDA
RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

Privatização Porto de Santos

Cessão onerosa do Porto Organizado de Santos, por meio de contrato de concessão.

- Modelagem do processo de desestatização em fase de conclusão, por meio de estudos contratados pelo BNDES.
- Previsão da desestatização: 2ºsem/2022

- Viabilização dos investimentos requeridos em ampliação de capacidade e modernização.
- Redução do custo portuário e melhoria da qualidade dos serviços prestados.



Privatização da Ferroeste

Cessão onerosa da Estrada de Ferro Paraná OESTE S/A, por meio de contrato de concessão.

- O IBAMA publicou Chamado Público para os 49 Municípios abarcados, entidades civis e Ministério Público solicitarem audiências públicas sobre questões ambientais.

- Investimentos previstos da ordem de R\$ 8,7 bilhões.
- Redução do custo do frete para o escoamento da produção.
- Melhoria da estrutura logística para o escoamento da produção agrícola do Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul.



Rodada de Licitação de Aeroportos

7ª Rodada é dividida em 3 blocos: (i) Blocos Norte II: Belém; Santarém, Carajás, Altamira e Macapá; (ii) Bloco RJ-MG: Jacarepaguá, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba; e (iii) Bloco SP-MS: Congonhas, Campo de Marte, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

- Edital previsto para 2º trim./22, leilão 3º trim./22 e contrato 4º trim.22.
- Os aeroportos de Santos Dumont e Galeão serão licitados juntos no segundo semestre de 2023.

- Investimentos totais previstos de R\$ 8,8 bilhões.
- Aumento da quantidade de voos realizados nestes aeroportos, com o consequente incremento concorrencial



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Resolução ANTT de Regulamentação do TRIIP

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Processo de adequação da Regulamentação da Lei nº 12.996/2014, que estabeleceu a abertura de mercado para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip).

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Realizada Audiência Pública ANTT 04/2020. Em dezembro de 2020 foi aprovado no Senado o PLS 3.819/2020, que insere restrições à concorrência no Triip no sentido oposto ao da proposta da ANTT.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Consolidação da abertura de mercado e a livre concorrência no mercado de transporte rodoviário de passageiros.
- Efeitos positivos esperados sobre o aumento da oferta do serviço, melhoria do nível de qualidade do serviço e redução de preços das passagens de ônibus.

Setor Óleo e Gás



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

Medidas Provisórias 1.063/2021 e 1.069/2021 (Arranjos comerciais)

Permite a venda direta por produtor ao posto revendedor de etanol hidratado combustível.

- MP 1.063/2021: convertida na Lei 14.292, de 2022.
- MP 1.069/2021: enviada à Câmara dos Deputados. O prazo está suspenso até a votação da MPV 1100/2022

- Redução dos custos de transação e redução do preço ao consumidor final.

Projetos de Lei 3.178/2019 e 5.007/2020 (Reestruturação do Regime de Partilha)

Revisão do regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e estratégicas

- PL 3.178/2019: Comissão de Serv. de Infraestrutura do Senado Federal.
- PL 5.007/2020: Comissão Des. Econômico, Ind., Com. e Serv., da Câmara dos Deputados.

- Aumento do investimento; e geração de emprego e renda com ampliação do número de *players*.

Revisão das Resoluções ANP 37/2013, 51/2013 e 52/2011 (Regulação da Nova Lei do Gás)

- Revisão das normas regulatórias para ampliação da capacidade de transporte.
- Revisão da dinâmica de comercialização de gás natural.

Temas em estudo e desenvolvimento da regulamentação pela ANP e outros órgãos do Poder Executivo. Previsão de Consulta Pública: abr/22 (R. ANP 37/2013) e jun/22 (R. ANP 51/2011 e 52/2013).

- Aumento dos investimentos e redução de preços ao consumidor final.

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PLP 11/20 (unificação de ICMS)

Prevê a apuração do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual.

Transformado na Lei Complementar 192/2022

- Menor volatilidade do valor cobrado de ICMS e do preço ao consumidor de combustíveis.

Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no mercado de gás natural e no mercado de refino

Monitoramento das ações de desinvestimento, acesso de terceiros às infraestruturas essenciais e outros compromissos firmados no TCC celebrado entre CADE e Petrobras no mercado de gás natural e no mercado de refino.

- TCC Gás Natural: 75,6% implementado
- TCC Refino: em acompanhamento pelo CADE.

- Redução do preço da molécula de gás e do preço do produtor de derivados de petróleo; e
- Aumento de investimento e geração de emprego e renda

Setor Elétrico



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Elétrico

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

Desestatização da Eletrobras

A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União

- TCU fará reunião para fechar o relatório com previsão de levar ao plenário até o final do mês.

- Fortalecimento da capacidade de investimento da empresa, e possibilidade de modicidade tarifária, face ao aporte de parte dos recursos da desestatização à CDE.

PL 414/2021 (PLS 232/2016): novo marco do Setor Elétrico

O PL aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, com vistas à expansão do mercado livre, dentre outras alterações..

O PL aguarda Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

- Incentivo à concorrência devido à liberdade de escolha na compra de energia elétrica pelos consumidores. Essa política já é adotada por países como Japão, Alemanha, Coreia do Sul, França e Reino Unido.



Setor Financeiro



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 4.188/2021 (Novo Marco Legal de Garantias)

Institui o serviço de gestão especializada de instrumentos de garantias móveis e imóveis, que será realizado por Instituições Gestoras de Garantia – IGG e regulado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Urgência Constitucional retirada, em 25/02/22, a pedido do Poder Executivo.

- Potenciais ganhos de escala e escopo desse serviço, tornando mais eficiente o uso de garantias no processo de concessão de crédito.



MP 1.085/2021

Cria e regulamenta o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).

Na Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.085, de 2021. Recebeu 316 emendas ao texto original e obstruirá a pauta a partir de 19/03, não havendo informação sobre o Relator designado.

- Proporcionar maior publicidade e segurança para o uso de bens móveis como garantia em operações de crédito.
- Promover redução de prazos para emissão de certidões e registros de escrituras de compra e venda de imóveis.



PL de Internacionalização do Sistema de Garantias Brasileiro

O PL aprimora e adequa os institutos de garantias do sistema legal brasileiro às melhores práticas internacionais

Fechamento do texto final conforme adequações propostas em Consulta Pública (tramitação interna no Poder Executivo)

- Promover a abertura de novos mercados de crédito
- Possibilitar a instituição de financiamentos com garantia que hoje não existem
- Reduzir substancialmente os custos transacionais para se dar um ativo como garantia

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PL 2.646/2020: Debêntures de Infraestrutura

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Reduz a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações com emissão de debêntures de infraestrutura, cujos recursos captados serão destinados à implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

No Plenário do Senado Federal

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Incentivo fiscal é usufruído pelo emissor da debênture, e não pelo comprador do título, o que supostamente ensejaria a possibilidade de emissão do papel a uma taxa mais elevada/atrativa ao investidor.
- Potencial de aumento da atratividade da desse tipo de debentures pelos fundos de pensão, que já são isentos de impostos.



Setor Tecnologia



RADAR
REGULATÓRIO

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 3.832/2019: revisão da Lei do SeAC (TV por assinatura)

- Retirada de restrições a verticalizações no setor
- Retirada de restrições a investimentos
- Segurança jurídica para o VoD

Atualmente no Plenário do Senado Federal.

- Aumento dos investimentos em produção e distribuição de conteúdo audiovisual

PL 21/2020: marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA)

- Estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a IA
- Adota princípios e recomendações da OCDE para IA que o Brasil endossou

Uma comissão de juristas vai elaborar um substitutivo aos projetos de lei que propõem um marco legal para o uso da inteligência artificial no Brasil. Textos sob análise: PLs 5051/19, 872/21 e 21/20

- Aumento dos investimentos na adoção de inteligência artificial, com repercussões positivas na produtividade e digitalização da nossa economia

PL 8.518/2017: Silêncio positivo para infraestruturas de telecom

- Regulamenta a aprovação tácita por decurso de prazo para infraestruturas de telecomunicações.
- A requerente ficará autorizada, em caráter precário, a realizar instalação caso o prazo de tramitação tenha decorrido sem decisão definitiva do órgão competente.

Já aprovado na CDU, CCTCI e CCJC da Câmara dos Deputados. Pronto para entrar na pauta de votações no Plenário

- Desburocratização e consequente aumento dos investimentos em antenas, essenciais para a massificação do 5G no país

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

MP 1.077/2021: Programa Internet Brasil

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Programa no âmbito do Ministério das Comunicações, promove o acesso gratuito à internet em banda larga móvel às famílias do Cad Único, especialmente aos alunos da educação básica da rede pública

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Entrou em Regime de urgência, obstruindo a pauta, desde: 04/03/2022 (46º dia)
Tramita na Câmara.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Apoio a políticas públicas relacionadas a conectividade;
- Viabiliza ensino à distância na rede pública;
- Medida de proteção social, associado a educação e emprego à distância para os mais vulneráveis.



Setor Saúde

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

MP 1.067/2021 (Cobertura dos planos de saúde)¹

Reduz o prazo de análise e resposta dos pedidos inclusão de novos procedimentos de coberturas no âmbito da saúde suplementar

Publicada a Lei nº 14.307, de 3 de março de 2022 que converge, com alterações, a MP nº 1.067/2021

- Preservação das regras atuais para inclusão de novos procedimentos cobertos pelos planos de saúde.
- Não haveria aumento de custos para as operadoras.

PLS 589/2021

Controle da qualidade de medicamentos no período pós-registro

Manutenção do veto presidencial pelo Congresso em sessão no dia 08/02. Porém, a matéria foi em parte aprovada por meio da Lei nº 14.307, observada, além do registro na Anvisa, a incorporação pela ANS.



Precificação de novos medicamentos

Revisão da Resolução CMED nº 2/2004, que estabelece critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações de medicamentos

Consolidação das contribuições à CP SEAE nº 2/2021

- Aperfeiçoamento do modelo de precificação da inovação;
- Simplificação dos procedimentos e critérios utilizados na precificação de medicamentos.

(1) A MP nº 1.067/2021 alterou o processo de incorporação de novas tecnologias e medicamentos conduzido pela ANS. Com isso, pretende que o veto presidencial ao PL nº 6.330/2019 seja mantido, uma vez que mantém as análises necessárias para novas coberturas devidas por operadoras de planos de saúde, em prazo menor, ao contrário do PL, que determinava cobertura obrigatória de antineoplásicos em 48 horas, sem as análises mínimas prévias.

Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PLS 589/2021

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Controle da qualidade de medicamentos no período pós-registro.

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Texto aprovado no Senado em novembro/2021, em tramitação na Câmara.

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

Setor Recursos Naturais



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 2.159/2021: Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente

Aprovado na Câmara. Tramitação simultânea CRA e CMA do Senado Federal.

- Potencial aumento do fluxo de investimentos em importantes setores da economia



PL 5.518/2020: Concessões Florestais

Reduz barreiras regulatórias que dificultam a exploração sustentável das florestas e aumenta a atratividade das concessões florestais por meio da permissão de receitas acessórias

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

- Aumento da área florestal concedida
- Redução do desmatamento na Amazônia
- Melhoria da situação econômica das comunidades próximas às áreas concedidas



PL 2.148/2015 (e apensados): Mercado de Carbono

Institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País

Plenário da Câmara dos Deputados

- Incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa
- Melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil
- Valorização dos ativos ambientais brasileiros



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

PLS 495/2017: Mercado de água

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Melhora a gestão de crises hídricas e contribui para a redução dos conflitos pelo uso de recursos hídricos

Setor Serviços Profissionais



Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Serviços Profissionais

Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

Síntese

Resumo do que trata a reforma

Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

PL 1.024/2020: Concorrência nas grandes obras de engenharia

- Adota o silêncio positivo para o registro de profissionais
- Retira critérios de escassez de profissional e interesse nacional para a contratação de engenheiros estrangeiros
- Retira obrigação das empresas que contratam profissionais estrangeiros de manter junto a eles assistente brasileiro

Substitutivo apresentado na CTASP/CD

- Maior concorrência no mercado de engenharia Maior celeridade para o registro de profissionais, desburocratizando os investimentos em grandes obras

PL 2.482/2020: Modernização do processo de revalidação de diplomas

- Possibilita que instituições de ensino superior particulares possam revalidar diplomas.
- Estabelece processo de revalidação ou reconhecimento simplificados, com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias.

Aprovado no Senado Federal
Aguardando Parecer do
Relator na CSSF/CD

- Desburocratização do processo de revalidação de diplomas

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 27/2021 - revisão de norma que regula o acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

A eliminação i) da obrigação de constituição societária cujo objeto principal seja a operação logística de terminais; ii) das restrições à forma de contratação de terceiro interessado, como a exigência de oferta pública prévia e limite máximo de prazo de contrato no caso de terceiro interessado majoritário; e iii) da revisão da preferência do proprietário. Para terminais que não são TUP (presentes em portos organizados), recomendou-se a não extensão para estes da preferência do proprietário prevista na Lei do Petróleo.



AP 07/2021: colher sugestões às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovias e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que visam a concessão para exploração da BR-040/RJ MG e BR-495/RJ.

- 1- Avaliação de medidas que podem reduzir o valor da tarifa com uma gestão mais eficiente dos riscos cambiais.
- 2- Avaliação de medida que possibilite o atingimento da menor tarifa cobrada dos usuários



CP 019/2021: obter subsídios para revisar regras de alocação e monitoramento do uso da infraestrutura aeroportuária e de minuta de decisão exemplo de declaração de aeroporto coordenado nível 4.

1. Avaliação de medidas que visam aumentar a contestabilidade.
2. Avaliação de medidas que podem vir a aumentar a capacidade aeroportuária.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



AP 18/2021: certame licitatório referente ao arrendamento de área portuária localizada dentro da poligonal do Porto Organizado de Santos/SP, denominada STS53 (granéis sólidos minerais, especialmente adubos fertilizantes e sulfatos)

1 - suprimir a obrigatoriedade de liderança de empresas brasileiras, em caso de consórcio com empresas estrangeiras; 2 - obrigatoriedade de constituição de SPE para o futuro arrendatário; 3 - limitar as hipóteses e o prazo de prorrogação contratual para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, pelo prazo de até 5 anos; 4 - instituir o reequilíbrio nos casos em que eventual alteração do PBI; 5 - contratação de seguro no caso de riscos de caso fortuito ou força maior; 6 - condição prévia para o pagamento pelo Poder Concedente diretamente aos Financiadores, mediante dedução de parte da indenização devida à Arrendatária, a emissão de quitação plena, por parte do credor e do arrendatário; 7 - incluir como requisito ao processo de arbitragem a existência prévia de decisão administrativa e os respectivos recursos no âmbito da agência reguladora



AP 01/2022: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório referente à concessão do Porto de Santos/SP.

- Incluir o critério de menor tarifa, previsto no art. 6º da Lei nº 12.815, de 2013, para que a melhor proposta permita também redução de custos na prestação de serviços aos usuários;
- Substituição do IGP-M como índice de reajuste do Contrato (e possivelmente do INCC) em virtude de sua elevada volatilidade em contraste ao IPCA.
- Adoção de procedimentos de avaliação prévia de concentração de mercado pela Autoridade Portuária, por ocasião da intenção de assinatura de contratos com terceiros exploradores de instalação portuária;
- Avaliação da supressão da possibilidade de participação minoritária no capital social da Concessionária dos agentes listados no item 16.2.2 do Contrato; e
- Explicitar todos os riscos atribuíveis aos arrendatários, de forma a evitar subjetividade na interpretação de condições aplicáveis à alocação de riscos de casos fortuitos ou força maior.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 60/2021: reavaliação da regulamentação sobre bloqueador de sinais de radiocomunicações.

Manifestação contrária: proposta inoportuna e pouco efetiva, com impactos concorrenciais potencialmente negativos. Parecer SEAE enviado em 16/02. Norma ainda não foi publicada.



CP 63/2021: Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações.

- a ampliação da Resolução 740/2020 aos agentes PPP é oportuna;
- recomenda-se prazo maior para adequação destes agentes, para 540 dias;
- recomenda-se que a Anatel realize AIR em alterações desta natureza;
- que a Anatel e o GT-Ciber adotem estratégia de monitoramento das alterações a serem implantadas.



TS 01/2022: plano geral de metas de competição (PGMC) - revisão periódica de mercados relevantes, medidas regulatórias assimétricas e detentores de poder significativo de mercado

1. Criação do mercado relevante de oferta de espectro em caráter secundário.
2. Modelos de ofertas e contrapartidas relacionadas a estações rádio base para facilitar operação compartilhada.
3. Rol de ofertas específicas às obrigações pela alienação da Oi Móvel.
4. Criação do mercado de atacado de oferta de infraestrutura em redes neutras.
5. Criação de mercado para facilitar o acesso de empresas ao desenvolvimento de redes privadas para soluções de IoT.
6. Rediscussão coordenada de resoluções afetas a uso de espectro, exploração de SMP por meio de Rede Virtual e Serviço Limitado Privado..

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

Agência

Consulta

Recomendação SEAE



CP 01/2022: regulamentação da relação de informações que constitui o rótulo padrão que deve ser empregado para as águas minerais e potáveis de mesa envasadas.

(i) reconsidere a supressão do procedimento de aprovação prévia do rótulo; (ii) estabeleça o quantitativo mínimo de elementos predominantes na água; (iii) mantenha as informações quanto ao prazo de validade; (iv) adote nomenclatura mais simplificada quanto à informação sobre a presença ou não de gás, similar à adotada pela Resolução Anvisa nº 274, de 22 de setembro de 2005; (v) mantenha no rótulo as informações referentes à classificação da água e endereço da fonte; (vi) consulte o Ministério das Minas e Energias acerca de eventual conflito entre a proposta de resolução e a Portaria MME nº 470/99; (vii) consolide numa só norma os regulamentos relativos às águas minerais; (viii) referencie no art. 10 da minuta as demais normas aplicáveis à rotulagem de competência de outros órgãos; (ix) insira expressamente na minuta de resolução as estratégias a serem adotadas pela agência e que já constam na análise de impacto regulatório feita pela agência.

Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Consultas públicas em aberto: Apresentará consultas que estejam em andamento para que os agentes de mercado tenham conhecimento e possam atuar, caso julguem necessário

Agência

Consulta

Prazo



CP nº 17/2022: Regulamento de Compartilhamento de Postes entre Distribuidoras de Energia Elétrica e Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.

14/04/2022



AP 03/2022: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das propostas de atos normativos relativos ao Tema 3.1 da Agenda Regulatória da ANTAQ, biênio 2020/2021, que versa sobre "Sistematizar mecanismo de análise e apuração de possíveis abusividades relacionadas com cobrança de THC de usuários, por parte dos armadores que atracam em instalações portuárias brasileiras.

06/04/2022



AP 06/2022: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos, relativos à realização de certame licitatório para o arrendamento de instalação portuária localizada no interior da poligonal do Porto Organizado de Santos, destinada à movimentação e armazenagem de cargas containerizadas, denominada STS10

21/04/2022

SUMÁRIO EXECUTIVO



Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

Seção 5

Seção dedicada a listar as **reformas e inovações legislativas prioritárias no ponto de vista do mercado**

Entidades representativas, inscritas no Radar, foram convidadas a apontar quais são as reformas prioritárias sob sua análise

O resultado pode ser encontrado nas páginas seguintes, no qual foram **listadas as Top 6 reformas mais citadas, com suas respectivas considerações também apresentadas por essas instituições**

Entidades que contribuem com o Radar Regulatório



Confederação Nacional das Instituições Financeiras



Quer contribuir com o Radar? Solicite sua inscrição por meio do email: radar.seae@economia.gov.br

Seção 5: Prioridades do Mercado (Mar/2022)¹

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

1

Reforma Tributária

Simplificação do sistema atual, redução dos custos e eliminação de assimetrias para contribuir para o aumento da competitividade e melhoria no ambiente de negócios



Pelo quarto mês seguido, o mercado aponta como sua maior prioridade a simplificação tributária brasileira

2

Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

O mercado de carbono pode fomentar avanços na direção de uma economia de baixa emissão, além de representar muitas oportunidades para o setor produtivo brasileiro



Ampliando ainda mais sua importância entre os principais stakeholders do mercado e alinhado às prioridades do governo, a Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões figura no Top 2 pela primeira vez

3

Reforma Administrativa

Revisar o papel do setor público, de forma a otimizar recursos, promover a meritocracia e focar na gestão eficiente são pontos de partida para uma reforma administrativa exitosa

Em conjunto com a Reforma Tributária, a Reforma Administrativa é apontada como uma das maiores prioridades para o mercado brasileiro

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

Seção 5: Prioridades do Mercado (Fev/2022)¹

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

4

Lei Geral de Licenciamento Ambiental

A padronização de prazos e regras de forma a dar previsibilidade aos *stakeholders* permitiria avanços em obras importantes para o País em áreas como infraestrutura, saúde e educação



Incluído na Agenda Prioritária do Governo, a Lei Geral de Licenciamento Ambiental se mantém entre os destaques trazidos pelo mercado

5

Acesso a Crédito

Facilitar o crédito e regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito contribuem para a redução de custos das empresas e possibilitam o aumento no fluxo de investimentos



Com o aumento da Taxa Selic, e o consequente aumento do custo do crédito, o mercado entende que regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito é fundamental para o desenvolvimento da economia

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

**Contribua com a construção
do Radar: envie dúvidas,
sugestões e contribuições
por meio do email:**

radar.seae@economia.gov.br

MARÇO/2022

61 2027-7475

radar.seae@economia.gov.br



RADAR
REGULATÓRIO

